

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1ed., Expressão Popular, – São Paulo, 160p. 2018.

RESENHA CRÍTICA DO LIVRO: A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO – NOVA DIREITA, VELHAS IDEIAS.

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i3.33189>

Ana Carla Gomes¹

No Brasil contemporâneo, vivemos um momento sócio-político-econômico e filosófico que nos causa estranheza e um sentimento de impotência diante do fortalecimento da retórica fascista, sendo essa fundamentada em ideais neoliberais, contrapondo epistemologicamente o sistema educacional brasileiro. Os elementos constitutivos deste momento de tensões ideológicas e políticas se darão a partir da análise dos escritos de Luiz Carlos Freitas, pós-doutor em Educação pela USP (Universidade de São Paulo) e professor titular (aposentado) da Faculdade de Educação da UNICAMP (Universidade de Campinas) em sua obra “A Reforma Empresarial da Educação: Nova Direita, Velhas Ideias”. Nesta, o autor discorre sobre como o neoliberalismo está implantando sua base ideológica na Educação brasileira nas mais diversas gestões políticas, de modo inteligente, ludibriando a população por meio de um discurso populista que defende a “melhoria” da qualidade de ensino, mas na verdade nos enlaça numa trama letárgica.

A obra remonta um percurso histórico onde o neoliberalismo realiza o *lobby* com as políticas educacionais brasileiras, respaldando-se em ideias do livre mercado. Apresenta para a sociedade discussões sobre privatizações, vouchers, padronizações de sistemas, currículos, avaliações, expondo os educadores a valores meritocráticos e colocando a sociedade contra o sistema educacional público. É por tudo isto que a análise crítica desta obra tem relevância, no sentido de ampliar conhecimentos sobre as determinações que circundam estas ações, de modo que possamos organizar e/ou ressignificar a resistência ao neoliberalismo.

Na introdução, Freitas nos localiza no tempo histórico do final da década de 1990, trazendo as coalisões política da época, de linha ideológica liberal dos partidos da direita brasileira, que trouxeram “novidades” para o Sistema Educacional como os RCNEIs (Referenciais Curriculares Nacionais da Educação). Esses, foram implantados e implementados em 1997, fortalecendo o processo de avaliação em larga escala com a criação do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), fator este preponderante para iniciar o processo de padronização e, conseqüentemente, privatização do nosso sistema educacional. O autor também nos diz que esse *modus operandi* da reforma empresarial tem inspiração na Lei *No Child Left Behind* (NCLB), dos Estados Unidos da América (EUA), da década de 1990.

Esta “inspiração” denota o grau de subserviência da direita brasileira às políticas neoliberais estadunidenses, utilizando esse país como referência educacional, ainda que não tenha resultados tão relevante do ponto de vista educacional. Qualquer semelhança não é coincidência diante da admiração por parte do gestor maior deste país que prestou continência a bandeira estadunidense. Do ponto de vista

simbólico, aponta quanto nossa gestão nacional está estreitamente realinhada com o projeto neoliberal. Todavia, segundo Freitas, este alinhamento também existiu nas gestões de capital desenvolvimentista da esquerda. Cabe salientar que a subserviência não era tão latente, diferenças estas não destacadas pelo autor.

Freitas avulta que “*não há diferença alguma entre o golpe militar ocorrido em 1964 e o golpe político parlamentar de 2016*” (p. 27) e descreve inúmeras ações que contribuíram para a implantação do fascismo no Brasil, fomentado pela política econômica neoliberal. Apresenta-nos o golpe jurídico-parlamentar-midiático como:

[...] “limitar ou dificultar o voto do cidadão, ou pelo seu oposto; facilitar para que o cidadão não se manifeste nas eleições (voto não obrigatório, por exemplo); impedir os processos de organização social dos mais desfavorecidos; não transferir impostos para os menos favorecidos e barrar o processo de redistribuição de renda; destruir a organização dos trabalhadores, a atuação dos sindicatos e confederações; destruir a atuação e organização dos movimentos que lutam pelos direitos humanos; atuar contra os imigrantes e contra ações de preservação do meio ambiente; desregular a atuação das corporações; privatizar tudo que for possível; propor formas de proteção constitucional quase que irrevogáveis, que evitem o impacto de eventuais decisões contrárias ao livre mercado, entre outras. Tudo isso em alto e bom som.” (FREITAS, 2016” p. 27).

Depois desta contextualização, ele aborda como o neoliberalismo concebe a educação a partir da sua concepção de livre mercado, trazendo valores do mundo empresarial como meritocracia, concorrência, terceirização, padronização, todos viabilizados por reformas. Consegue, com essas discussões, apoio popular baseado na retórica do sonho de uma escola “ideal”. Essa visão deprecia o serviço público e o magistério, isolando completamente a educação dos vínculos sociais existentes, da estrutura precária do sistema educacional brasileiro, responsabilizando exclusivamente o professor pelos baixos índices de aprendizagem. Deixa-nos cientes que este movimento não é exclusivo no Brasil, mas de amplitude mundial, sustentando-se em Sahlberg (2011). Analisa a privatização educacional como meio de asfixiar a escola pública, destruindo-a paulatinamente, utilizando a concessão do espaço público para o setor privado ou ONGs (terceiras vias) com a proposta de transmissão de recurso por meio de vouchers, esta última, sistematizada por Friedman (1955).

Segundo Chauí (Apud FREITAS), toda esta trama voltada para inserção da educação pública ao livre mercado com “*objetivos, processos, tempos, e formas de controle definidos*”, permite que um dos objetivos centrais do neoliberalismo seja atingido, o controle do processo educacional dos jovens. Portanto, instalam-se pressupostos de seu pensamento hegemônico que sustentam a atual gestão do Estado brasileiro, a exemplo da “escola sem partido”, que ceifa outras epistemologias, divergentes e críticas ao sistema ideológico.

Um ponto de grande destaque na obra supracitada é a análise crítica dos estudos que se opõem à escola pública. O autor os caracteriza como “*evidências empíricas*” e utiliza outros estudos para realização da contradição, demonstrando cientificamente a ineficácia do processo de privatização em lugares nos Estados Unidos, como Indiana e Nova Orleans, e no Chile. Esse último, viveu o maior experimento social com *vouchers*, tornando o sistema educacional do país mais segregado conforme indica o Relatório de Monitoramento Global da Educação de 2017. Alerta ainda que o estado de São Paulo, desde 2012, vem executando Programas em 308 escolas, em tempo integral, através de parcerias público-privada com 15

ONGs, o que ratifica que o processo de privatização das escolas públicas está acontecendo no Brasil, porém de modo mais “sutil”.

De modo surpreendente, porém irrefutável, Freitas apresenta a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que traz como matéria prima competências e habilidades para padronizar o ensino e a aprendizagem, como facilitadora pedagógica e ideológica do processo de privatização e/ou terceirização das Escolas Públicas deste país. Os impactos desta perversão ideológica estão/serão sentidos principalmente por professores, estudantes e pais. Os professores já estão sentindo no cotidiano escolar os valores neoliberais como meritocracia, políticas de formação sobre a BNCC, e conseqüentemente, o controle ideológico dos conteúdos formativos, admitindo uma formação com maior ampliação pragmática e redução teórica. Estas alterações no repertório formativo do educador já estão postas a mesa, em forma de engodo, com as opções de servimo-nos voluntariamente, comeremos obrigatoriamente ou, possivelmente, a melhor opção do ponto de vista da resistência, morrermos de fome.

Os jovens terão ao seu dispor “oportunidades” de competição para “vencerem” na vida. Nisso se ampara a finalidade educativa da escola da “nova direita” brasileira, independente das suas condições econômicas e sociais. Por meio do controle curricular, intencionam controlar o pensamento com atitudes repressoras, eliminando os não “adaptados” às regras, excluindo-os ou fomentando a auto exclusão. Este processo já estamos vivenciando no Brasil, principalmente da terceirização de escolas públicas e da gestão administrativa da Polícia Militar, que utilizam o discurso de reestabelecimento da disciplina em áreas de vulnerabilidade econômica e com altos índices de violência.

O autor aponta que estas políticas também serão sentidas de modo significativo e negativo na primeira infância, sustentando sua narrativa em estudos realizados em Massachusetts (EUA), em 2018, onde houve a diminuição da interação entre as crianças. A interação é um dos eixos teóricos mais importantes da Educação Infantil. Essa redução se deu devido à redução de horários de intervalo e do tempo do brincar em virtude do foco na escolarização alinhado à concepção neotecnicista (Freitas, 1992) do trabalho docente.

Os pais precisarão de determinado tempo para perceberem que terceirização, vouchers ou qualquer outra forma neoliberal de proposta de privatização educacional não atingirão os objetivos propostos. Esta afirmação pode ser comprovada pelo exemplo estadunidense, a rejeição a estas escolas, passou de “27 % para 46 %, entre 2005 e 2010”, conforme aponta a pesquisa anual Gallup (CARLSON,2018).

Diante deste complexo cenário de múltiplas determinações, Freitas finaliza seu estudo apresentando vinte destaques para melhor compreensão e ressignificação da resistência diante da “nova” direita do Brasil e suas políticas reformistas neoliberais. Esses respaldam-se em lutas, recusas, revogações e eliminações de políticas e ações educacionais fascistas que acabem com a escola pública. Contudo, o recorte ou contemporaneidade do estudo desconsidera dois vetores principais que dificultam a organização da resistência. O primeiro é a construção política da imobilização popular pelo grande capital, que tem a submissão da gestão maior do Brasil, com apoio da mesma mídia, que compôs o golpe parlamentar jurídico-midiático, colocando a população em situação de guerra ideológica polarizada, promovendo sua desagregação. O outro seria a própria esquerda brasileira, que não consegue alinhar ações, concepções e

organizações de resistência, colocando os trabalhadores em situação de vulnerabilidade e fragilidade diante da perversão neoliberal. Diante do exposto, é indiscutível a importância de apropriação desta obra para ampliar nossa percepção do cenário contemporâneo educacional brasileiro.

Notas:

¹ Rede Municipal de Ensino de Camaçari - BA e Grupo de Pesquisa MTE - Marxismo e Políticas de Trabalho e Educação da Universidade Federal da Bahia. Rede Municipal de Ensino de Camaçari - BA e Grupo de Pesquisa MTE - Marxismo e Políticas de Trabalho e Educação da Universidade Federal da Bahia. Professora Especialista, docente na Educação Básica em turmas da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Camaçari e no Ensino Superior no Curso de Pedagogia na FAMEC-Faculdade Metropolitana de Camaçari. Email: carlacamacari@bol.com.br

Recebido em: 19.08.2019

Publicado em: 20.04.2020